

Mulheres e comércio (informal) em Luanda: um olhar para além da crise pandémica de Covid19

FLORITA CUHANGA ANTÓNIO TELO*

Resumo: este texto traz aportes teóricos para um debate mais amplo sobre o lugar da mulher no mercado de trabalho angolano, destacando, por um lado, a precariedade laboral, a necessidade de sobrevivência e, por outro, a reconfiguração dos papéis de género em Angola. São situações que se tornam mais desafiadoras em tempos de crise agravada pela Covid19, conforme conclusão de um estudo feito em Luanda sobre o impacto da pandemia na vida das vendedoras ambulantes informais (zungueiras). O artigo tem carácter exploratório e a finalidade de mostrar que ao longo da história social do país o trabalho das mulheres no mercado informal atendeu a necessidade de (sobre)viver bem como de reivindicação e reconfiguração dos papéis de género. Embora seja inegável a contribuição para a economia e as famílias, a falta de condições/garantias laborais, a violência dos agentes do Estado, sobretudo com a Covid19, agravou a vida destas mulheres.

Palavras-chave: Zungueiras; Luanda; Covid19; resiliência; vulnerabilidade; género.

Women and (informal) commerce in Luanda: a look beyond Covid19's pandemic crisis

Abstract: this text brings theoretical contributions to a broader debate on the place of women in the Angolan labor market, highlighting, on the one hand, precarious work, the need for needs and, on the other hand, a reconfiguration of gender roles in Angola. These are situations that make it more challenging in times of crisis aggravated by Covid19, according to the conclusion of a study carried out in Luanda on the impact of the pandemic on the lives of informal street vendors (zungueiras). The article is exploratory and relevant to show that throughout the country's social history the work of women in the informal market has met the need to survive as well as the specification and reconfiguration of gender roles. Although the contribution to the economy and families is undeniable, the lack of working conditions / guarantees, the violence of State agents, especially with Covid19, has aggravated the lives of these women.

Key words: Zungueiras; Luanda; Covid19; resilience; vulnerability; gender.



* FLORITA CUHANGA ANTÓNIO TELO é PhD em Estudos Interdisciplinares sobre Género Mulheres e Feminismo; Consultora Independente em Género e Direitos Humanos; Pesquisadora do Centro de Direitos Humanos e Cidadania/UCAN; Integrante do Grupo de Estudos Feministas em Política e Educação/UFBA.

1. Introdução

O presente artigo é uma narrativa com princípio, meio e continuidade. Surge da necessidade de documentar o trabalho das angolanas e a sua relação com o Estado, num cenário de precariedade laboral, pobreza, luta pela sobrevivência, resiliência e resistência de género. Serviu de mote para estes escritos a crise que Angola vive desde 2014, agravada pela pandemia de Covid19 e o “Estudo sobre a Situação da Mulher Zungueira durante o Estado de Emergência em Angola”, de autoria do Observatório de Políticas Públicas da Perspectiva de Género.

Durante o meu doutoramento li muitos textos sobre a história das mulheres, na sua maioria não consegui identificar as angolanas, especialmente as trabalhadoras e mais ainda as informais. Com mais leitura aprendi sobre a colonialidade, isto é, a continuidade do projecto colonial iniciada no século XV, e os seus desdobramentos no Sul Global (colonialidade do poder, ser, género saber). Esta visão ampla elucida o lugar atribuído a mulher angolana, uma encruzilhada interseccional de colonialidade, raça, classe social, origem, escolaridade e género.

É preciso falar da crise agravada pela Covid19 em paralelo à história da política social e de género implementada em Angola desde a colonização no que se refere ao acesso ao mercado de trabalho público remunerado; as (re)existências, resiliência e resistência das mulheres em meio a crise normalizada que se tornou as suas vidas, incluindo a sua contribuição na reconfiguração dos papéis de género, no sustento da família, ante a postura omissiva, muitas vezes, ambígua e violenta do Estado. Este assunto é explorado no título II deste trabalho.

A crise agravada pela Covid19 surge num contexto recorrente de escassez de políticas públicas eficazes, pobreza, desigualdade, poucas oportunidades de acesso a bens e direitos para a maioria da população, entenda-se as mulheres, em que a venda no mercado informal se mostrou como a principal saída para (sobre)viver. Um espaço marcado pela precariedade em condições de trabalho e garantias laborais.

No título III se demonstra que, o sector informal, onde se enquadra a venda ambulante, reconhecidamente move e alimenta a economia angolana. O trabalho das mulheres zungueiras é essencial para a manutenção de milhares de família, como demonstrou o estudo da ASSOGE.

Em forma de notas (não) conclusivas, o texto encerra trazendo que a pandemia aumentou a vulnerabilidade social e económica das vendedoras ambulantes. A semelhança da maioria das trabalhadoras informais no mundo, como defende Boaventura (2020), ainda são elas a realizar tarefas que envolvem mais riscos, quer porque trabalham em condições que não lhes permitem proteger-se, quer porque são cuidadoras da vida de outros que têm condições para se proteger.

2. Mulheres angolanas e história social

A integração das mulheres angolanas no mercado de trabalho público tem, por um lado, recorte expressivo de género, raça, classe e local de nascimento, por outro, um legado de resistência e resiliência ao patriarcado, ao capitalismo e racismo do Estado colonial ao pós-independente.

Nestes termos, qualquer abordagem que tenha como foco as mulheres angolanas hoje, não pode fazer vista grossa a dimensão histórica que ajuda a entender, mas não justificar, o lugar ocupado pela maioria delas, especialmente as de baixa

escolaridade, negras, periféricas e provenientes/residentes das zonas rurais. O contexto político, económico social e cultural precisa ser considerado, pois estas mulheres não estão isoladas ou alheias aos seus efeitos sendo influenciadas e influenciando tais processos.

Os longos anos de colonização portuguesa – no contexto do Estado moderno-colonial – relegaram ao país a um estado de miséria para a maioria da população negra(indígena) cujo acesso a bens, serviços e direitos foi sempre condicionada em razão da cor da pele e do género. A nova nação independente herdou igualmente um legado de economia fragilizada, cujas novas lideranças endógenas não souberam, e não têm sabido orientar em prol da melhoria de vida das populações.¹

Resultado da política colonial de género, iniciou-se um processo de assimilação das mulheres denominadas “indígenas” (negras), àquilo que seria o protótipo de feminilidade (masculinidade) eurocêntrico, condicionada pela cor da pele.² As mulheres tiveram acesso limitado ao espaço público, começando pela escola, onde a prioridade era dada aos homens negros e mulatos urbanos³ cabendo a elas apenas os cuidados do lar.

A formação e conseqüentemente o trabalho formal remunerado nesta nova realidade social foi tendo recorte de género, colocando muitas mulheres na situação de dependência económica do homem, numa realidade social cada vez mais capitalista. Outrossim, houve exclusão também de um contingente significativo de homens negros (indígenas não assimilados), que buscavam melhores condições de vida nas grandes cidades.

Sucedo porém, que fruto da herança de género endógena⁴, a maioria das mulheres indígenas (negras) não se conformando com este lugar começa a romper as barreiras de género e raça acedendo ao espaço público através da venda nas ruas, de casa em casa e nos mercados das principais cidades urbanas a época.

A entrada das mulheres naquilo que tem sido chamado de “sector informal” da economia angolana, sobretudo através do comércio informal, deu-se por meio do trabalho das quitadeiras⁵. Segundo Laís Queiroz (2016, p. 108), elas criaram agência, quando frente às políticas de segregação, não aceitaram o lugar de obediência ao poder vigente, circulando pelo asfalto e pelos musseques⁶ das cidades, especialmente em Luanda.

¹ Para mais detalhes sobre a História económico-social de Angola: do período pré-colonial à independência vide Pacheco, Costa e Tavares (2018).

² Segundo Telo (2020), o homem indígena assimilado devia ser o provedor, a quem se reconhecia capacidade jurídica, produtivo por excelência. Por sua vez, a indígena assimilada, por gerar a vida, e ser a cuidadora, tem seu espaço agora definido como o doméstico/privado, subvalorizado e impro(re)produtivo.

³ Alguns dados sobre o acesso a educação no período colonial ver Paxe (2014, pp. 51 e ss).

⁴ Mais detalhes sobre as normas de género anterior a colonização em TELO, 2019.

⁵ A palavra *kitanda* deriva da língua nacional kimbundu *itânda*, no plural de *kitânda*, que

significa estrado de bordão entrelaçado que servia de banco, expositor e até de medida, sobretudo para regular a venda de tabaco de corda. Da eliminação do “a” e o acréscimo do sufixo “eira” nasce o termo quitadeira (mulher que negocia em quitanda), como aportuguesamento daquela palavra na língua kimbundu. Nessa versão aportuguesada do termo, vamos encontrar os seguintes significados: mercado; feira; praça; posto de venda de géneros frescos; pequena loja ou barraca de negócios; ou ainda o que em maleta, tabuleiro ou quinda se vende pelas ruas (SANTOS, 2011, p. 37).

⁶ *Musseques*, nome que deriva da língua local “Kimbundu” que significa terra vermelha, são

Com o advento da independência do país em 1975, a realidade da maioria das mulheres não teve alterações consideráveis tanto em termos de acesso ao ensino formal como de oportunidades de emprego formal, reconhecidas as pessoas com alguma formação/experiência ou com influência no partido no poder, na sua maioria homens residentes ou das grandes cidades.

A história económica e social do pós-independência é marcada por crises económicas e sociais sucessivas, agravadas pela guerra civil.⁷ A situação piora com o êxodo rural para as grandes cidades, em busca de segurança e melhores condições de vida. Luanda foi um dos principais destinos, entre outras por ser a capital do país.

Segundo Hodges (2003, p. 54-55), em virtude do declínio do setor formal da economia e a conseqüente queda de salários da Administração Pública, grande parte da população urbana depende, para sobreviver, de empregos e rendimentos no sector informal. Uma área que “começou a se desenvolver, em meados da década de 1980, sob a forma de economia clandestina no tempo do planeamento centralizado”, marxista-leninista. Proliferou-se nos anos 1990, tornando-se a principal fonte de emprego para a força de trabalho urbana, suburbana e periférica em rápida/constante expansão.

Portanto, há um histórico de desigualdade social gritante no país, no qual alguns grupos vulnerabilizados

bairros periféricos suburbanizados, ou de urbanização progressiva (DAIO, 2020).

⁷ Sobre as crises em Angola ver entre outros: Hodges, 2003/ Bonavena, 2005/ Pacheco; Tavares, 2018. Lembrar que Angola esteve em guerra quase todo o período compreendido entre o início da revolta armada contra o domínio

acabam por ser duplamente afectados, como as mulheres.

Neste contexto, o funcionalismo público era (ainda é) caracterizado por baixos salários, sendo que a maioria das pessoas empregadas também tinha de recorrer ao mercado paralelo para comercializar produtos e garantir a renda familiar básica.

Apesar da mudança de sistema político em 1991 e a abertura multipartidária, do fim do conflito armado e de algum crescimento económico no país, a maioria das mulheres ainda tem como principal fonte de rendimento o sector informal, através da prática de comércio retalhista, ou seja, a venda ambulante (*zunga*).

2.1 A zunga como extensão do passado (ainda) presente e a Covid19

O comércio de rua ou venda ambulante é conhecido em Angola como *zunga*. É uma palavra que vem da Língua Nacional Kimbundu e designa o acto de “rodar” ou “girar” (CEIC-UCAN, 2017, p. 86). As zungueiras são as mulheres que desenvolvem a venda ambulante ou comércio a retalho, e é uma prática que acontece em todo o país, obviamente feita também por homens de todas as idades. No entanto, as mulheres são a maioria.

Lais Queiroz (2016), citando Pantoja, assevera que na virada do século XIX e XX houve uma reconstrução do espaço urbano luandino remodelando o seu aspecto físico com cuidados de higiene e aparência. Neste contexto, foram feitas algumas transformações que afectaram a

colonial, em 1961, e o cessar fogo de abril de 2002. Houve apenas uns poucos meses de paz em 1974-1975, antes de o país voltar a mergulhar novamente na guerra em vésperas da independência, em novembro de 1975, e dois interlúdios instáveis de paz relativa em 1991-1992 e 1994-1998 (HODGES, 2003, p. 23).

presença das quitadeiras nos centros da cidade,

As quitadeiras que não conseguiam pagar o preço de um espaço nas novas quitandas tiveram que mudar para a periferia da cidade. Outras se mantiveram como ambulantes no centro do espaço urbano luandense (PANTOJA, 2008, p. 128).

Ainda segundo Laís Queiróz (2016, p. 108) a figura das quitadeiras remete a das zungueiras sob uma perspectiva mais recente, contornando as medidas de regulação do espaço e os problemas socioeconômicos, criam meios para sobreviverem e desenvolverem as redes de autoajuda. Concordo com a autora (idem, p. 92) quando refere que, a actividade informal das mulheres em Luanda está relacionada às táticas de sobrevivência, mas sobretudo permite reflexões sobre o debate da assimetria de género e o lugar ocupado por elas na sociedade local.

Para Carlos Lopes (2004), a génese da zunga pode ser localizada a partir da adaptação do trabalho tradicional das quitadeiras a um contexto social marcado tanto pelo alto nível de desemprego no mercado formal, pelas modificações nas práticas de consumo, o deslocamento interno de centenas de milhares de pessoas por causa da guerra civil, como pela redefinição dos papéis de género no agregado familiar urbano. Ou seja, um conjunto de factores económico-financeiro, político-militar e social, que combinados vão servir de base fundante para configurar e consolidar este tipo de trabalho.

Desse modo, essas vendedoras ambulantes emergem na economia informal de Luanda como um ajustamento das práticas tradicionais das quitadeiras a um mundo globalizado [...], um sujeito híbrido que denuncia nas ruas de

Luanda um ambiente composto por imbricações culturais, sociais e económicas (QUEIROZ, 2016, p. 63).

Assim, é evidente que a história da economia (informal) angolana é atravessada pela presença das mulheres através do seu trabalho, quer enquanto quitadeira como vendedora ambulante, assim como, por valores culturais de solidariedade, resistência e resiliência frente a um Estado (colonial e pós-colonial independente) incapaz de prover o básico para a população, incluindo relações mais igualitárias entre homens e mulheres.

Em termos legais a venda ambulante é definida como sendo aquela que se realiza fora de estabelecimento comercial permanente, de forma habitual, ocasional, periódica ou continuada, em perímetros ou locais devidamente autorizados, instalações comerciais desmontáveis ou transportáveis, incluindo roulettes (Lei nº 1/07, de 14 de Maio).

Ao passo que, vendedor(a) ambulante é aquela(e) que exerce a actividade comercial a retalho de forma não sedentária nos locais por onde passa ou em zonas que lhe sejam previamente destinadas pela entidade competente.

Segundo a jurista Margareth Nangacovie (*in prelo*), até pelo menos o ano 2000 havia uma clara ausência de normas e inexistiam medidas políticas voltadas ao sector informal. Porém, desde a década de 80 que as autoridades administrativas aplicavam medidas de carácter proibitivo e repressivo ao comércio informal, e de modo mais específico, aos comerciantes ambulantes. Na legislação recentemente aprovada (Lei nº 15/19, de 23 de Maio):

[...] há manifesta intenção de controlar o comércio ambulante, impor-lhe uma “certa disciplina e lógica de funcionamento”, começando pela indicação dos locais, sujeição de obtenção de autorização formal para o acesso e, conseqüente, utilização de tais espaços. Essa intenção política de colocar ordem, assenta no discurso oficial que observa o comércio ambulante como um fenómeno: desordeiro, produtor de lixo, obstrutor e perigoso à saúde humana, uma das actividades que contribui no “caos total” do comércio informal⁸ (NANGACOVIE, *in prelo*).

Esta percepção do Estado expressa na postura dos órgãos de soberania (Governo, tribunais e Assembleia Nacional) tem moldado a forma como vem sendo tratada a zunga pelas autoridades administrativas.

O argumento é fundamentado, por um lado, pela legislação aprovada carregada de estigmas, a cumplicidade dos tribunais com ausência de responsabilização. Por outro, pelas acções repressivas das autoridades governamentais, nomeadamente dos agentes fiscais dos governos provinciais, especialmente em Luanda, onde reside 27,3% da população do país. Esta relação tem sido fortemente marcada por usurpação de bens, violência física, verbal, sexual e mortes de mulheres zungueiras.

Estima-se que cerca de 73% dos trabalhadores no mercado informal são mulheres (PNUD, 2020, p. 6), sendo a economia angolana fortemente dinamizada por este mercado que ocupa

mais de 70% da força de trabalho. Por essa razão, desempenha um papel central a todos os níveis, mas principalmente, na geração de empregos, de renda, consumo de bens e serviços e conseqüentemente na subsistência das famílias. Para além de dar resposta às necessidades não satisfeitas pelo mercado formal, e às vezes atender também a estas instituições formais.

Apesar desta contribuição, o trabalho (comércio) informal ainda é precário padece de fragilidade em matéria de garantias laborais e debilidades das suas condições e benefícios do trabalho. A precariedade pode ser explicada do ponto de vista social, económico ou até jurídico, procurando expressar piores condições de vida, menor obtenção de recursos económicos ou financeiros (lucro) e menor acesso a instrumentos e instituições de protecção dos direitos laborais (segurança social, exercício das liberdades sindicais etc.).

Este cenário económico e social desfavorável se tornou mais evidente com a crise despoletada pela pandemia de Covid19, sobretudo para os grupos que já estavam na base da pirâmide em termos de acesso a direitos e oportunidades, como tem sido as mulheres (zungueiras) pobres, com pouca escolaridade e da periferia.⁹

A Covid19, doença respiratória aguda causada pelo novo Coronavírus (SARS-COV-2) detetada pela primeira vez em Dezembro de 2019, rapidamente se transformou numa pandemia que tem abalado as estruturas mundiais de diferentes formas, revelando o modo

⁸ Disponível em: <<https://www.verangola.net/va/pt/012019/Politica/14063/Assembleia-aprova-lei-para-regulamentar-comercio-ambulante.htm>>. Acesso aos 02 de Abril de 2020.

⁹ A título de exemplo, uma pesquisa recente sobre a situação da mulher zungueira feita em Luanda, mostrou que 3 em cada 5 mulheres zungueiras tem entre a 4^a e 8^a classe (MONTEIRO; ANDRÉ, 2019, p. 15).

(ainda) perverso como as relações geopolíticas têm sido moldadas.

Em meu entender - posição corroborada também pela OIT (2020) - mais do que o vírus, as medidas levadas a cabo por muitos governos, especialmente os que já tinham uma estrutura económica e social débil agudizaram a situação de miséria e vulnerabilidade vivida pela maioria da população dos países tidos como “pobres”, incluindo Angola.

De acordo a OIT (2020), as medidas de prevenção do contágio pela Covid19 afectaram significativamente 1,6 biliões de trabalhadores informais de modo geral, com destaque para um grupo de mulheres, que já vive em situação acrescida de vulnerabilidade histórica. Esta situação terá gerado casos de falência ou de redução drástica da capacidade económica de trabalhadoras(es) informais. Limitações sérias no acesso aos serviços sociais básicos como: água, energia, saúde, principalmente, bens de primeira necessidade como comida, sabão e até lixívia.

Em Angola, tais medidas revestiram-se de carácter legal, fundamentando e até mesmo justificando, práticas governamentais que violaram e/ou colocaram em causa direitos fundamentais, sobretudo das zungueiras (e zungueiros).

Outrossim, percebeu-se um movimento, por parte das zungueiras, de reconfiguração das estratégias de (sobre)vivência advindas dos condicionalismos causados por tais medidas, diante de um sistema de protecção social precário incapaz de salvaguardar direitos, especialmente em tempos de crise, para esta camada da

população. Foi com base nisso que a associação angolana Observatório de Políticas Públicas na Perspectiva de Género (ASSOGE) levou a cabo um estudo sobre os impactos da COVID19 na vida das mulheres zungueiras.

3. Pesquisa da ASSOGE: Covid19 e zungueiras em Luanda

Para Boaventura (2020) existem alguns grupos de pessoas sobretudo no Sul Global, que estão a sentir mais severamente os efeitos da pandemia e das respectivas medidas de prevenção, como o isolamento social e a quarentena.

Começando pelas *mulheres* por ainda serem consideradas «as cuidadoras do mundo», e as principais responsáveis pelos cuidados dentro e fora das famílias; *trabalhadores informais*, pois dependem de um salário diário, e mesmo os que possuem emprego têm poucos benefícios contratuais (como a maioria das trabalhadoras domésticas¹⁰).

Por sua vez, *trabalhadores de rua (vendedores ambulantes)* são um grupo específico de trabalhadores precários, para quem o «negócio», isto é, a subsistência, depende exclusivamente da rua, de quem nela passa e da sua decisão, sempre imprevisível para o vendedor, de parar e comprar alguma coisa; *moradores nas periferias pobres das cidades*. O que sucedeu no caso das zungueiras foi a intersecção de várias categorias histórica e socialmente oprimidas na sociedade angolana, especialmente a luandense, nomeadamente: mulheres – trabalhadoras informais – vendedoras ambulantes – moradoras da periferia, conforme demonstrou o estudo da ASSOGE.

¹⁰ Ver estudo “Diagnóstico sobre a situação da trabalhadora doméstica” realizado pela ASSOGE (2019).

Tratou-se de uma pesquisa qualitativa feita somente em Luanda, através de entrevistas presenciais, que buscou compreender a condição de vida das mulheres zungueiras e as suas famílias entre os meses de Março, Abril e Maio, altura em que foi decretado os Estados de Emergência (duas vezes) e de Calamidade respectivamente.

O país viveu pela primeira vez um Estado de Emergência, caracterizada pelo encerramento de mercados, limitação nos dias e horários de venda, interdição de deslocações e de permanência na via pública, distanciamento físico, cerca sanitária nacional e internacional, ou seja, encerramento das fronteiras internas e internacionais, bem como a proibição de celebrações públicas. Estas medidas foram implementadas através de um forte aparato militar em toda a cidade, tanques, soldados e armas de guerra.

Apesar das proibições, a maioria das zungueiras (zungueiros) não deixou de exercer a sua profissão, uma vez que estes impedimentos sem outras medidas de protecção social “significa que potencialmente milhões de pessoas não terão o dinheiro sequer para acorrer às unidades de saúde se caírem doentes ou para desinfetante para as mãos e sabão” (SANTOS, 2020, p. 17).

Boaventura de Sousa Santos (2020, p. 17) questiona o significado da quarentena para trabalhadoras(es) que ganham dia-a-dia para viver: arriscarão desobedecer à quarentena para dar de comer à sua família? Como resolverão o conflito entre o dever de alimentar a família e o dever de proteger as suas vidas e a vida desta? Morrer de vírus ou morrer de fome, eis a opção.

Coincidentemente, o estudo da ASSOGE respondeu algumas destas questões, tendo inclusive se intitulado “*Morrer*

com a tal doença ou morrer a fome?”, extrato de uma citação de uma das interlocutoras. Resumidamente foram apresentados os seguintes resultados:

3.1 Pobreza multidimensional das mulheres/famílias

Neste ponto buscou-se compreender que tipo de mudanças ocorreram no ambiente de negócios e que tiveram impacto imediato nas suas vidas.

Constatou-se que, houve alterações significativas no ambiente de negócios do comércio informal, gerando uma queda muito grande nas vendas. A maioria teve que mudar ou diversificar o tipo de negócio. Actualmente, os lucros variam de 15 a 50% e as perdas de 50 a 85% em alguns casos, gerando mais pobreza monetária e intensificando a precariedade dessas mulheres e os seus dependentes no acesso à alimentação, saúde e até à educação.

Por outro lado, os efeitos da pandemia geraram dificuldades adicionais ao exercício da zunga para as mulheres entrevistadas, desde dificuldades com os fornecedores até a limitação da sua acção, houve necessidade de adaptação às alterações do mercado. Pelo facto de não terem outra fonte de renda, por se tratar de uma actividade imperativa de sobrevivência, estas não cogitaram desistir da venda ambulante.

A Pandemia do Covid19 e as medidas tomadas para a sua contenção deram lugar a subida dos preços, que associada às dificuldades de locomoção, - quer seja por falta de transporte quer seja pela limitação decorrente da estipulação de períodos determinados de venda e/ou cerca sanitária - prejudicaram o rendimento da zunga tendo diminuído significativamente a clientela e os lucros deste trabalho.

Igualmente, houve alteração substancial nos tipos de produtos vendidos pelas entrevistadas que precisaram de adaptar-se a mudança nas necessidades da clientela e no ambiente do comércio.

3.2 Mudanças no ambiente familiar

Neste item pretendeu-se analisar os efeitos da “nova realidade” no dia-a-dia pessoal e familiar das entrevistadas.

O primeiro grande efeito directo resultante da redução significativa das vendas foi no ambiente familiar. A diminuição na margem de lucro intensificou a precariedade das condições de vida das zungueiras que ao perceberem a diminuição da clientela e correspondente margem de lucro, encontraram ainda mais dificuldades no acesso à satisfação das necessidades básicas como alimentação regular das famílias, pagamento de serviços de saúde e de electricidade.

Constata-se que as alterações do ambiente de negócio provocada pela Pandemia sobrecarregaram ainda mais as mulheres que em muitos casos têm os seus parceiros impossibilitados e desempregados em virtude da “recessão” económica imposta pelas medidas de prevenção do Covid19. Verifica-se que até as entrevistadas com parceiros participativos, neste momento, tornaram-se as únicas provedoras financeiras no lar.

No que se refere aos trabalhos domésticos, no período analisado, pelo relatado, constata-se que a actividade da zunga é exercida pelas mulheres entrevistadas de forma paralela as suas responsabilidades domésticas, quando não de modo directo, através da delegação aos filhas e filhos mais adultos. Não existe colaboração ou participação dos companheiros neste quesito.

Por estarem proibidas as aglomerações a que culturalmente estão habituadas, o encerramento do principal espaço de lazer das entrevistadas, a igreja, configurou uma limitação acrescida de dificuldades, na medida em que muitas delas obtêm (e dão) apoio, inclusive económico nas igrejas. Em função disso, percebeu-se que sentem, com muito mais intensidade, o desamparo e desespero da situação “excepcional” vivenciada.

3.3 Aumento da tensão na relação com o poder público

A relação com o poder deu-se sobretudo pelo contacto com os fiscais e polícias, marcada por recorrentes episódios de atritos e violência contra as vendedoras. A consciência das mesmas é de sujeição as medidas e não de negociação das condições para o exercício dos seus direitos, evidenciando-se sinais de intimidação, legitimação pela força, e de cidadania fragilizada.

As medidas foram ditadas pelo governo e não concertadas e/ou negociadas. A falta de diálogo e mecanismos de negociação colectiva, demonstram a precariedade do trabalho informal e traços de um poder autoritário, de direitos fragilizados, limitados e violados assim como a ausência de soluções democráticas.

Com o surgimento da Covid19 sentiu-se uma atitude repressiva exacerbada por parte das autoridades governamentais face ao exercício da Zunga que, neste período, foi expressamente declarada pelo Executivo como sendo um perigo para a comunidade, negando as pessoas na zunga o direito ao trabalho e consequentemente o mínimo necessário para a sua sobrevivência.

O papel das autoridades em relação a zunga parece desajustado da realidade. As entrevistadas sentem a necessidade de maior diálogo entre elas e as

autoridades, uma vez que não é somente a desobediência em causa, mas a sobrevivência. Por outro lado, a redução dos dias de trabalho é o aspecto que terá impactado mais negativamente na actividade da zunga, embora as entrevistadas aceitem como medida governamental necessária face à prevenção da doença. Nenhuma das entrevistadas beneficiou de qualquer tipo de apoio social do Governo no período em causa.

3.4 Medo, receio e apreensão diante do vírus desconhecido

Finalmente, as mulheres foram questionadas sobre os conhecimentos que tinham sobre a pandemia de Covid19, medidas de prevenção e como se sentem desta realidade. Todas mostraram ter conhecimento das medidas de prevenção e demonstraram sensibilidade para o seu acato, acompanhado por um medo, quase terror, de se contaminarem durante o exercício do seu labor e assim contaminarem as suas famílias. Todas afirmaram ter assumido as medidas de prevenção, especialmente as de higiene.

Na maior parte dos casos, as entrevistadas narraram estar perante ao dilema de cumprir a orientação do Executivo “ficar em casa” e passar fome ou procurar sobreviver, através da zunga (saindo de casa) usando as medidas de protecção.

Constatou-se ainda que a informação divulgada sobre as medidas de prevenção a Covid19 centra-se apenas na prevenção do contágio e não em como sobreviver à doença, o que deixa as zungueiras (grupo já vulnerabilizado) sem alternativas – a morte por fome ou pela doença é certa!

Por fim, o impacto psicológico é evidente, concorrente com o impacto material, nas mulheres e suas famílias,

duas palavras foram repetidas várias vezes: medo e susto.

Notas (não) conclusivas

Historicamente a inserção das mulheres (negras) angolanas no mercado de trabalho (informal) esteve, por um lado, a luta pela sobrevivência e, por outro a reconfiguração dos papeis de género. Tudo isso diante de um Estado que, através da colonialidade do poder, não escapou da lógica dos três principais modos de dominação: o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado.

Parafraseando Boaventura de Sousa Santos: todos os seres humanos são iguais (afirma o capitalismo); mas, como há diferenças naturais entre eles, a igualdade entre os inferiores não pode coincidir com a igualdade entre os superiores (afirmam o colonialismo e o patriarcado). Assim, apesar do alarido em torno da crise causada pela pandemia de Covid19, que não é de forma alguma minimizada, milhares de pessoas no mundo, especialmente no Sul Global vivem em estado de crise permanente, agravada pela pandemia - tal como defende Boaventura (2020).

Com a pandemia da Covid19, a ONU (2020) estimou que as pessoas que trabalham na economia informal, geralmente sem direitos laborais e protecção social, terão sofrido uma perda de 60% de rendimento só no primeiro mês da crise. As mulheres foram particularmente as atingidas. Foi exactamente este, e muitos outros dados relevantes que o estudo da ASSOGE constatou, e conforme tem sido de praxe no nosso país, sendo as mulheres (zungueiras) as principais provedoras económicas do lar, no momento em que as vendas baixam, automaticamente se agrava a situação económica (alimentar) familiar.

Diante desta carga de responsabilidade, a elas não resta muitas alternativas senão expor-se ao perigo pelos seus parentes e por si mesmas, ante um Estado cujas políticas de apoio social precárias excluem a maioria da população carente. Outrossim, o estudo da ASSOGE revela o papel omissivo do esposo, que mesmo diante da crise, pouco ou nada faz para reduzir a carga da esposa - também vítima da crise instalada - quer seja optando pela via de biscates para aumentar o orçamento familiar, como de trabalhos domésticos.

Outra face deste processo, ainda pouco referida são os fornecedores de mercadorias das zungueiras, os chamados armazéns, que também empregam jovens nomeadamente mulheres com contratos de trabalho precários. Com a pandemia alguns destes estabelecimentos encerraram, sobretudo porque o principal grupo comprador já não podia adquirir bens com a mesma regularidade e em iguais quantidades. Por isso, tal facto pode estar associado a falência, determinando o desemprego de centenas de jovens mulheres. Neste contexto, é evidente, como vários autores já alertaram, constatar que o trabalho das zungueiras (zungueiros) move a nossa economia (laboral).

Outrossim, estas mulheres (e homens) fazem parte de um grupo de comerciantes que sustenta a cidade de Luanda, centro e periferia, fornecendo todo o tipo de bens à porta (de casa ou do carro), mas principalmente alimentos a preços acessíveis. Muitos bairros urbanos ficaram relativamente privados deste tipo de abastecimento, pois o policiamento era muito maior.

No entanto, os efeitos nestes espaços não foram tão impactantes quanto nos bairros periféricos, falo na primeira pessoa, constatei vários casos em que a polícia e os fiscais invadiam residências, batiam e prendiam as pessoas que estivessem a vender. Foi graças a solidariedade entre vendedores, que sinalizavam aos demais sempre que a polícia estivesse a se aproximar, dando a possibilidade de se esconderem para salvaguardarem o seu negócio e a sua integridade física. Neste período, multiplicaram-se as mortes perpetradas pela polícia nacional.¹¹

No que se refere as autoridades governamentais, representadas pela polícia e agentes da fiscalização do governo provincial de Luanda, conforme mencionado, a relação tem sido marcada por ambiguidades de actuação política e legislativa, porém, incontestavelmente têm sido fortemente marcadas pela violência. Afirmção confirmada por todas interlocutoras ouvidas pela pesquisa da ASSOGE. Nas palavras do politólogo Daniel da Purificação, é um tipo de:

[...] autoridade completamente investida de poder, que não apenas mostra o poder, mas toda hora demonstra que o tem. Não uma autoridade em si mesma, mas uma autoridade de poder” (conversa via WhatsApp, 2020).

Para a venda ambulante, “a presença destes agentes no período do Estado de Emergência representa uma ameaça e estagnação aos negócios, ao lucro, ao sustento das famílias” (Idem). Diante disso eu pergunto: que sentido tem a repressão num contexto de sobrevivência sem alternativas viáveis?

¹¹ Alguns dados podem ser encontrados em: <<https://pt.euronews.com/2020/05/14/segundo->

[jovem-morto-pela-policia-angolana-em-cinco-dias](https://pt.euronews.com/2020/05/14/segundo-jovem-morto-pela-policia-angolana-em-cinco-dias)>. Acesso em: 08 dez. 2020.

Portanto, é inegável a contribuição do trabalho das mulheres (zungueiras) na economia (informal) do país. Mais do que reprimir, é urgente criar as condições/garantias de trabalho (e de género) neste espaço, o que poderá gerar qualidade de vida aos seus trabalhadores, sobretudo às mulheres e às suas respectivas famílias.

Referências

DAIO, I. Angola informal: um olhar sobre os musseques de Luanda. Arch Daily. Disponível em:

<https://www.archdaily.com.br/br/936949/angola-informal-um-olhar-sobre-os-musseques-de-luanda>. Acesso em: 20.04.2021.

HODGES, T. **Angola: do Afro-estalinismo ao capitalismo selvagem**. Cascais: Principia, Publicações Universitárias e Científicas, 2003. 303 p.

LOPES, C. M. **Cadongueiros, kinguilas, roboteiros e zungueiros uma digressão pela economia informal de Luanda**. VIII Congresso Luso-AfroBrasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, 2004.

NANGACOVIE, M. **Regulação do comércio ambulante: uma perspectiva de género e de direitos humanos**. Luanda: ASSOGE, 2020.

MONTEIRO, D.; ANDRÉ, N. M. V. **Estudo sobre a situação da mulher zungueira**. Luanda: ASSOGE, 2019. 31 p.

ONU. **Covid-19 reduziu 60% dos rendimentos de trabalhadores informais no primeiro mês da crise**. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2020/06/1717342>. Acesso aos: 29 de julho de 2020.

OIT. **Trabalhadores informais entre riscos de pandemia e desemprego**. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2020/05/1712852>. Acesso aos: 28 de jul. de 2020.

PACHECO, L; COSTA, P.; TAVARES, F. O. História económico-social de Angola: do período pré-colonial à independência. **População e**

Sociedade, Porto, v. 29, n. 1, p. 82-98, jun. 2018. Disponível em: <http://repositorio.uportu.pt/jspui/bitstream/11328/2282/.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2021.

PAXE, I. P. V. **Políticas educacionais em Angola: desafios do direito à educação**. 2014. 217 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Departamento de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

PANTOJA, S. A. **Imagens e Perpectivas Culturais: o trabalho feminino nas feiras e mercados luandenses**. In: Clara Sarmiento. (Org.). **Condição feminina no Império colonial português**. Porto: Politema, 2008.

PNUD. **Potencial impacto socioeconómico da pandemia da Covid-19 em Angola: uma análise sintética**. Luanda, abril 2020.

QUEIROZ, L. H. C. R. **Entre legados coloniais e agências: as zungueiras na produção do espaço urbano de Luanda**. 2016. 131 f. Tese (Doutorado) – Curso de Multidisciplinares, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

SANTOS, B. S. **A Cruel Pedagogia do Vírus**. Coimbra: Almedina, 2020. 32 p.

SANTOS, O. A. **Do pregão da avó Ximinha ao grito da Zungueira: trajetórias femininas no comércio de rua em Luanda**. 2017. 167f. Dissertação (Mestrado) – Programa Multidisciplinar de Pós-graduação em Estudos Étnicos e Africanos (pós-afro), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

_____. **Mamãs quitandeiras, kinguilas e zungueiras: trajectórias femininas e quotidiano de comerciantes de rua em Luanda**. **Revista Angolana de Sociologia**, n. 8, p. 35-61, 2013.

TELO, Florita Cuhanga António. **Autonomia reprodutiva entre as Nkento angolanas: narrativas e escolhas**. 2019. 180 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Género e Feminismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. Cap. 3.

Recebido em 2021-05-24

Publicado em 2021-06-01